
004ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 05JUL2016

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Boa noite. Passo a ler o edital: “Audiência Pública com o objetivo de debater acerca do Projeto de Lei do Executivo nº 014/16, que dispõe sobre o serviço de transporte motorizado privado remunerado de passageiros executado por intermédio de plataformas tecnológicas e sobre o compartilhamento de veículos. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense o reagendamento da Audiência Pública anteriormente marcada com o objetivo de debater o tema acima referido, a qual ocorrerá no dia 05 de julho, às 19h, no Ginásio de Esportes Gigantinho, localizado na Av. Padre Cacique nº 891, nesta Capital. Gabinete da Presidência, 24 de maio de 2016. Vereador Cassio Trogildo, Presidente”.

Compõem a Mesa desta Audiência Pública: Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Sr. Vanderlei Cappellari, Secretário Municipal de Transportes e Diretor-Presidente da EPTC; Coronel Juarez Fraga, Secretário Municipal de Segurança. Prestigiam ainda esta Audiência os Vereadores: Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Lourdes Sprenger, Mario Manfro, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro.

Com a palavra o Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Cassio Trogildo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Boa noite a todos e a todas. Declaro aberta esta Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 014/16, de autoria do Executivo Municipal. Quero aqui, primeiramente, começar saudando o Secretário Municipal de Transportes e Presidente da EPTC, Vanderlei Cappellari; Sr. Secretário Municipal de Segurança, Coronel Juarez Fraga. Desde o início, eu gostaria de fazer uma combinação com o público que nos acompanha. Nós teremos aqui uma noite de debate produtivo, de construção, para avaliarmos o Projeto do Executivo. Quero combinar desde o início que, quando tivermos um orador, faremos silêncio – ambos os lados –; após cada orador, eu abrirei sempre um espaço de tempo para as manifestações. Quero aqui também saudar

os meus colegas Vereadores: Lourdes Sprenger, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mario Manfro, Cláudio Janta, Engº Comassetto. A partir deste momento – quero que a plateia preste muita atenção –, estão abertas as inscrições da plateia nas duas mesas aqui: à nossa direita e à nossa esquerda. Serão dez inscrições de cada lado para cada lado: para as pessoas que são favoráveis e para aquelas que são contrárias ao projeto de lei. Para a inscrição, é necessário documento de identidade com foto. Os que estiverem inscritos passarão aqui para as cadeiras que estão à nossa direita e à nossa esquerda. Quero desejar uma boa noite de trabalho a todos, muita produtiva, que possamos, na cidade da democracia, na cidade da participação popular, ter um grande momento, uma grande noite de discussão profícua, aprofundada e proveitosa sobre os rumos da nossa Cidade. Quero, de imediato, convidar – gostaria de contar com o silêncio dos expectadores – o Secretário Vanderlei Cappellari para fazer a apresentação do projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores.

O SR. VANDERLEI CAPPELLARI: Boa noite a todos; boa noite ao Presidente da Câmara, Ver. Cassio Trogildo; cumprimento todos os Vereadores aqui presentes e todas as autoridades que estão dentro deste ginásio nesta noite. Quero, de pronto, Presidente, informar que talvez este tenha seja um dos assuntos mais complexos que a Administração do nosso Prefeito Fortunati tem enfrentado – enfrentado, eu digo, de peito aberto, ouvindo todos, sempre tentando construir uma alternativa que fique adequada à nossa população e aos profissionais do transporte. Então, tem havido reuniões incansáveis de ambas as partes desde novembro do ano passado. Quando foi anunciada a operação do primeiro aplicativo aqui na cidade de Porto Alegre, o Prefeito Fortunati criou um grupo de trabalho para que a gente pudesse, então, avaliar, discutir alternativas e, dentro desse grupo de trabalho, propor encaminhamentos para o Prefeito, para que ele tomasse a decisão. Esse grupo de trabalho foi formado por quatro Secretarias: EPTC, na qual eu fui o coordenador do grupo; a Procuradoria-Geral do Município, através da Procuradora-Geral Cristiane Nery; A Secretaria de Governança, Sr. Cezar Busatto; O Chefe de Gabinete do Prefeito, Ricardo Gothe. Então, a partir desse grupo, nós organizamos uma metodologia de trabalho pela qual a gente foi buscando informações de todas as cidades que enfrentam o mesmo problema de Porto Alegre, até de outras cidades do mundo que também estão com o mesmo problema em relação à entrada de

plataformas tecnológicas. Portanto, nós precisávamos ter, através desse grupo de trabalho, a possibilidade de ouvir as instituições, a sociedade, os interessados, os não interessados, para que a gente pudesse construir uma alternativa. Essa alternativa foi o que nós apresentamos à Câmara de Vereadores, para que na Câmara, como Casa do Povo, a população pudesse debater mais amplamente do que durante o processo desse grupo de trabalho. Que a gente possa, então, novamente abrir essa possibilidade, com uma Audiência Pública como esta, que cada um dos Vereadores possa conhecer profundamente a realidade do transporte individual de passageiros da nossa Cidade e aí propor algumas melhorias, para que a gente possa ter realmente um projeto de lei qualificado, no qual todos possam se sentir minimamente representados e atendidos. O nosso método, dentro do grupo de trabalho, foi ouvir todas as instituições que, de alguma forma, tinham interesse sobre o tema. Foram ouvidos, então: Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – Condecon; Procon; Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet – Assespro; Ministério Público, Sintáxi, Aspertáxi e Asstaxi. Participaram de algumas reuniões; para algumas, inclusive, foi solicitada uma segunda oportunidade, e sempre que possível nós abrimos possibilidade de ouvir e de conversar novamente, fora as outras reuniões paralelas que foram lá na EPTC e em outros lugares, também de grupos representativos dos taxistas, para que agente pudesse analisar com mais profundidade. O Ministério Público foi o grande diferencial nesse processo de construção. O Ministério Público foi convidado pelo Prefeito numa reunião no Gabinete do Prefeito, e o Chefe do Ministério Público criou um grupo de trabalho dentro da instituição para que fosse debatido internamente e posteriormente fosse nos oferecido um documento com as recomendações do Ministério Público, e este trabalho foi de extrema importância, no sentido de que a gente pôde ali avaliar qual era o pensamento do Ministério Público Estadual, o que nós podíamos incluir como contribuições do Ministério Público dentro do anteprojeto de lei, e isso veio a qualificar e balizar muitas das nossas decisões na hora de elaborar o documento que é o projeto de lei.

Nós nos baseamos muito também numa lei federal que é a Lei nº 12.587, de 2012, que é a Lei de Mobilidade, que interfere em vários serviços que o Município presta, principalmente na questão do transporte e da circulação de automóveis na nossa Cidade.

Então, esta também foi uma base que analisamos para poder fazer realmente uma análise bem profunda.

A partir da decisão de que íamos elaborar um documento que pudesse regrar esta questão de serviços de plataformas, nós começamos a analisar o que era importante para a Cidade, para a Administração em termos de garantias de que este serviço realmente seja adequado à população e que a população realmente se sinta contemplada com um serviço que tenha garantias de qualidade e que tenha um local adequado para efetivar as suas reclamações e os seus descontentamentos.

Quanto à questão da autorização do Município para que a gente possa intermediar empresas nesta questão, principalmente para pessoas jurídicas, houve a decisão de que não seriam autorizações individuais, somente para as empresas de plataformas de tecnologia, solicitadas exclusivamente por meio de plataforma; então, é um serviço que não é da modalidade de atendimento ao público em geral, que será através desta modalidade.

Automóveis com capacidade de até cinco ocupantes – e aí mais o condutor. Automóveis particulares, na questão da placa vermelha, que foi um debate que surgiu intensamente nas reuniões com os representantes dos taxistas e das próprias empresas de plataformas. Para que este impasse não inviabilizasse o andamento do projeto, nós formulamos um questionamento ao Denatran para que se posicione em relação à obrigatoriedade da placa vermelha, e este documento foi encaminhado ao Denatran; esperamos que nos próximos dias tenhamos a resposta oficial do órgão nacional de trânsito; então, isso já foi providenciado.

As operadoras deverão compartilhar os dados necessários ao controle e regulação de políticas públicas de mobilidade urbana; efetuar o pagamento da taxa de gerenciamento operacional equivalente a 50 Unidades Financeiras Municipais por veículo cadastrado – então, nós não vamos ter relação com o prestador de serviço, mas com a empresa. Este compartilhamento de dados nós pretendemos que as empresas possam nos disponibilizar em tempo real.

Efetuar o recolhimento de INSS, que é de 5% do faturamento da empresa, conforme um estudo feito dentro da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria-Geral do Município. Manter canal de atendimento ao usuário, com funcionamento 24 horas por dia, e um canal de atendimento ao Procon. Isso é importante, foi uma exigência que o Procon colocou

durante o processo de discussão, onde este canal de comunicação será feito via o aplicativo do Procon. Isso vai colocar o Procon dentro da fiscalização da prestação do serviço.

Possuir sede ou filial no Município de Porto Alegre, que foi uma determinação nossa, do Governo, já que as empresas não queriam ter nenhum tipo de estrutura aqui na Cidade, mas isso é inegociável. Nós queremos que esta empresa tenha uma sede e uma cara aqui na Cidade.

Exigir dos seus condutores parceiros apresentação de documentação comprobatória que ateste seu histórico pessoal e profissional. Também nós exigiremos a validação desses cadastros. Antes de ocorrer o cadastro do parceiro destas plataformas, a EPTC vai receber um pré-cadastro deste parceiro, vai analisar e vai validar este cadastro ou não. Esta é uma exigência que nós fazemos para que tenhamos realmente pessoas com perfil para prestar um serviço de transporte de utilidade pública.

Apresentar a relação de veículos, proprietários e motoristas cadastrados para operação neste Município. Então, é um complemento, mas tudo isso está dentro da regra para que ele possa ter autorização para operar o transporte. Promover a identificação visual do veículo. Isso também é uma exigência que nós colocamos na lei, porque nós achamos importante que todo prestador de serviço ao cidadão tem que ter uma identidade visual para os outros cidadãos. Disponibilizar mecanismos de avaliação da qualidade do serviço pelo usuário a ser efetuada por intermédio da própria plataforma tecnológica.

Disponibilizar ao usuário identificação do motorista, com foto, do modelo do veículo e do número da placa de identificação deste veículo antes da aceitação do próprio transporte. Emitir recibo eletrônico para o usuário.

Disponibilizar ao usuário, antes do início da corrida, informações sobre a forma de cálculo da remuneração a ser cobrada e a possibilidade de cálculo da estimativa do valor final, exatamente pela questão da tarifa dinâmica, à qual o nosso Procon é contrário e esta será uma matéria de discussão posterior em relação à legalidade ou não desta tarifa. Sobre os veículos: os veículos deverão ser emplacados no Município de Porto Alegre. Não há possibilidade de que isso seja alterado.

Os veículos deverão realizar vistoria para verificação das condições de segurança de seis em seis meses. Os veículos deverão possuir uma idade máxima de até cinco anos, o mesmo cobrado da frota de táxis; possuir seguro contra acidentes para passageiros – é

uma outra obrigação. Sobre os parceiros condutores: deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação válida e que contenha a observação de que o condutor exerce atividade remunerada.

Comprovação da aprovação em curso de formação com conteúdo mínimo a ser definido pelo Município de Porto Alegre na regulamentação. Apresentação das certidões negativas criminais. Além...

(Manifestações da plateia.)

O SR. VANDERLEI CAPPELLARI: Além de apresentar as certidões negativas criminais – o que eu falei anteriormente: análise do pré-cadastro pela EPTC, através do Consultas Integradas, que é o convênio que nós temos com a Secretaria de Segurança Pública, o que já é feito com os taxistas que prestam serviço na nossa Cidade. Não poderão possuir autorização, permissão, concessão de serviço público municipal de Porto Alegre; nenhuma concessão, nenhum tipo de concessão de prestação de serviço público de Porto Alegre.

Uma das questões importantes que nós tomamos como base de discussão do processo: nós estamos encaminhando projeto de lei à Câmara de Vereadores com uma validade de 18 meses. Por quê? Porque nós achamos que é uma inovação hoje na sociedade, que precisa de um período de avaliação e análise de todos, não só do Poder Público, que tem o dever de regular e fiscalizar. Então, essa lei terá validade por 18 meses, e no décimo segundo mês a EPTC fará uma grande avaliação desse modelo de prestação de serviços, um processo muito parecido com o que foi feito na construção desse documento que se tornou o projeto de lei para que possamos avaliar a possibilidade de continuidade ou não. Este é o projeto de lei. Pessoal, o que nós esperamos, o que o Poder Público espera é que este debate que está agora na Casa do Povo, na Câmara de Vereadores, Presidente, possa ser um grande debate, onde todos possam ser ouvidos novamente, onde os que já foram ouvidos sejam novamente ouvidos e que a gente possa construir uma alternativa que contemple a todos: Poder Público, que tem o dever de fiscalizar o transporte da Cidade, e os profissionais do serviço de táxi e também os profissionais das plataformas tecnológicas possam ter a possibilidade de prestar esse serviço na Cidade. Eu tenho acompanhado todos os movimentos na Cidade, estive numa reunião em São Paulo,

quinta e sexta-feira, exatamente para tratar com os Secretários do Brasil inteiro quais são as iniciativas de cada uma das cidades. E a gente tem convicção de que estamos encaminhando esse documento para a Câmara de Vereadores com uma base legal para que a população de Porto Alegre possa ser protegida e que esse processo de debate, agora, na Câmara de Vereadores, possa enriquecer ainda mais esse documento, de forma que se torne uma lei que regule o serviço de transporte individual na nossa Cidade. Muito obrigado. Boa noite a todos.

(Manifestações da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro as presenças do Ver. Kevin Krieger; da Sra. Cristiane Nery, Procuradora-Geral do Município, que compõe a Mesa conosco; da Deputada Estadual Any Ortiz; e do Sr. Carlos Siegle de Souza, Secretário da Governança em exercício.

Agora vamos começar uma outra etapa. Eu gostaria que pudéssemos, novamente, fazer uma combinação: que durante o tempo em que o orador estiver falando, prestemos atenção na manifestação e sempre após cada manifestação eu darei um tempo para que os participantes possam se manifestar. Cada intervenção terá o tempo de cinco minutos, o tempo está sendo marcado aqui, o orador terá como enxergar no computador, e quando faltar um minuto, eu sempre avisarei. Ao final dos cinco minutos, é automático o desligamento do microfone, não tenho como conceder tempo adicional. O Sr. Gabriel Petrus está com a palavra.

O SR. GABRIEL PETRUS: Obrigado, Presidente. Boa noite, Porto Alegre. Inicialmente parabeno o Presidente da Câmara, Ver. Cassio Trogildo, pela iniciativa de trazer à discussão pública um projeto da maior importância para Porto Alegre, que é o PLE nº 014/16, e em seu nome cumprimento todos os Vereadores presentes. Também cumprimento o Sindicato de Taxistas de Porto Alegre, todos os taxistas presentes, por reconhecer este espaço legítimo – as grandes discussões públicas devem ser feitas nesses espaços, promovidos publicamente, de forma que todos os lados possam ser ouvidos. Então, também cumprimento os taxistas da cidade de Porto Alegre, a quem o Uber respeita muito.

(Manifestações da plateia.)

O SR. GABRIEL PETRUS: Presidente, quero solicitar que o tempo seja restituído em razão dessa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Peço que segurem o tempo, por favor. Pessoal, eu gostaria de contar com a colaboração. Por favor, Sr. Gabriel, pode dar continuidade.

O SR. GABRIEL PETRUS: Obrigado. Cumprimento todos os parceiros do Uber presentes e a população de Porto Alegre que compareceu hoje para defender o seu direito de escolha. Também cumprimento o Sr. Vanderlei Cappellari, Presidente da EPTC, em nome de quem saúdo o Prefeito Fortunati, pelo encaminhamento do projeto que é resultado de um debate iniciado neste Governo, entidades de tecnologia, sociedade civil que ganha agora continuidade na Câmara Municipal, que certamente aprofundará o debate do texto para trazer ainda mais benefícios para a população de Porto Alegre.

Em Porto Alegre, assim como nas 479 cidades do mundo em que o Uber opera, acreditamos que há espaço para a convivência harmônica de todos os modais. Estamos em Porto Alegre desde novembro de 2005, nas modalidades UberX e UberBLACK. O Uber também se orgulha de ser gaúcha, desde que chegou na região...

(Manifestações da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito a compreensão da nossa plateia para que possamos dar continuidade à manifestação do Sr. Gabriel. Muito obrigado. Por favor, Sr. Gabriel, pode continuar.

O SR. GABRIEL PETRUS: Desde que chegou na região, o Uber tem sede em Porto Alegre e foi, desde então, abraçada pelos porto-alegrenses como opção segura, inovadora e acessível de se locomover pela Cidade ao toque de um botão. Se há, de fato, uma prioridade a ser defendida entre o ônibus, o carro particular, a bicicleta, o táxi ou a Uber/o Uber, essa prioridade se chama o direito de escolha da população.

O Uber entende que o texto do projeto de lei é um excelente ponto de partida para a construção de uma legislação moderna e inovadora que defenda a opção de escolha dos cidadãos de Porto Alegre, além de promover, junto com isso, a privacidade dos cidadãos de Porto Alegre, gerando renda na região – sobretudo num momento de crise econômica –, receitas para o Município e uma considerável melhoria da mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre.

Vale dizer, senhores, que o Uber, ao contrário do que se diz muito nas discussões públicas, não concorre com o táxi. O verdadeiro concorrente do Uber é o carro particular. A lógica, por trás desse conceito de economia compartilhada, é promover o ganho de eficiência de transporte dos veículos já existentes em Porto Alegre, que, em geral, assim como no mundo inteiro, são ativos subutilizados que passam a maior parte do tempo na garagem. Mais viagens compartilhadas, menos carros nas ruas. E o potencial para que os cidadãos porto-alegrenses deixem de usar seus próprios veículos é imenso. Por isso, a oferta de serviços de transporte privado deve se equilibrar livremente com a demanda e o direito de escolha da população de Porto Alegre. Com um melhor aproveitamento de carros já em utilização, veremos menos carros particulares nas ruas e, em pouco tempo, um impacto significativo na melhoria da mobilidade urbana de Porto Alegre, como já temos visto. Outra consequência disso é que o Poder Público poderá redirecionar seus investimentos para outras prioridades que não estacionamentos, garagens ou arquiteturas viárias para o descongestionamento da Cidade.

Estamos, senhores, diante de uma revolução econômica e tecnológica. E apesar de estarmos diante de um avanço na tecnologia, vale dizer que esse projeto de lei espelha para a legislação municipal um serviço já respaldado pela Constituição desde 1988. A atividade de transporte individual privado é ancorada nos princípios constitucionais da livre iniciativa, da livre concorrência e da possibilidade do exercício de qualquer trabalho. Além disso, o serviço já está previsto e regulamentado em lei federal, como muito bem lembrou o Presidente da EPTC, Dr. Cappellari. Há espaços em Porto Alegre para que todos os modais utilizem as vias urbanas e coexistam. Há uma série de sugestões, acredito que este seja um primeiro debate importante para que a Câmara possa aprofundar e melhorar ainda mais. A título de conclusão, Presidente, gostaria de registrar que, no mês passado, a ação ajuizada pelo Sindicato dos Taxistas de Porto Alegre foi duplamente negada pelo Poder Judiciário, garantindo o direito de escolha da população.

Quando o desembargador que negou essa decisão fala sobre uma nova forma de mobilidade urbana, eu gostaria de compartilhar com os Vereadores especialmente essa reflexão, tenho clareza de que isso não significa que essa regulamentação deva prever formas arcaicas...(Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Marcos César Magalhães está com a palavra.

O SR. MARCOS CÉSAR MAGALHÃES: Boa noite, se isso está acontecendo, senhores, é graças ao Legislativo e ao Executivo, porque quando esses caras vieram para cá, eles poderiam ter acabado com tudo. Falar que eles são gaúchos...Ah, eu gostei. Eu vou falar aqui em prol da categoria. Eu trouxe aqui uma receita pronta pelos taxistas, essa é a nossa palavra. A Unitaxi nasceu pela necessidade da união da classe dos taxistas, neste momento, pelo desespero e o desamparo dos órgãos públicos e sindicais, idealizada por outros profissionais, que além de engessar, (Ininteligível.), aprimorar e renovar os conceitos da classe dos taxistas, visa a unir os profissionais taxistas para enfrentar essas empresas estrangeiras que descaradamente aportaram em nossas terras brasileiras, desrespeitando as nossas leis trabalhistas, praticando uma concorrência desleal, gerando discórdia, corrupção, desemprego, propaganda enganosa, invasão de divisa e sonegação de impostos. Eu falo aqui para os senhores, se quiserem liberar o clandestino, liberem para mim, porto-alegrense, para trabalhar com meu carro pirata, é muito mais fácil, porque o dinheiro fica aqui dentro. Viemos para chamar à razão dos nossos Vereadores e Deputados legislados, para que não aceitem ou promovam esse tipo aplicativo táxi, que se autodenomina avanço tecnológico, como se fosse uma nação de ignorantes e selvagens. Somos o Brasil, somos taxistas, Nação soberana, temos tecnologia e pessoal capacitado para evoluir e sermos explorados. O que queremos que nossos políticos vejam é o poder da massa eleitoral, não em nível municipal ou federal, mas em nível de taxistas em todas as cidades e em todos os Estados, em todo o Brasil. Agora, acordamos e estamos unidos. Esta terra tem dono: Sepé Tiaraju.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Cristiane Marcelino Ribeiro está com a palavra.

A SRA. CRISTIANE MARCELINO RIBEIRO: Boa noite a todos, boa noite à cidade de Porto Alegre, aos Srs. Vereadores, eu sou parceiro Uber há mais ou menos seis meses e posso dizer, com muito orgulho, que contribuo para a mobilidade da nossa Cidade. O meu trabalho como parceiro Uber, na verdade, interage com meu outro trabalho, eu tenho outra atividade. A minha atividade é na rua, dirigindo o meu carro sozinha - faço isso há dezessete anos, conheço todos os bairros de Porto Alegre e grande parte das ruas da Capital, mas estava sempre sozinha dentro do meu carro. Quando o Uber chegou, eu vi nessa modalidade de trabalho uma oportunidade de usar o meu conhecimento da Cidade e do trânsito para ajudar pessoas a se moverem dentro de Porto Alegre. Sei que muitas mulheres que também usam o carro apenas para levar seus filhos na escola e ir ao supermercado, hoje, podem gerar renda para si e suas famílias. Muitas delas que antes não se sentiam completas apenas com o serviço doméstico, hoje, através do Uber, podem dar mobilidade à Cidade, gerar renda e satisfação própria. Eu estou falando aqui em meu nome e em nome de todas as mulheres motoristas parceiras. Nós temos muitas mulheres motoristas parceiras. E essas mulheres têm uma satisfação muito grande em contribuir para a mobilidade da Cidade. Outra coisa: as usuárias gostam muito, as passageiras gostam muito quando nós, mulheres, vamos pegá-las. Posso dizer que o Uber empoderou muitas dessas mulheres. Elas se sentem hoje mais completas. O que eu tenho a dizer, na verdade, um pouco sobre mim, sobre o meu trabalho, que para mim é um orgulho me mover pela Cidade e hoje ajudar outras pessoas também a fazerem isso, mas que, acima de tudo, de toda essa polêmica que vivemos aqui na Cidade e em outras cidades do Brasil, é que a vontade do consumidor é soberana. A vontade da população é que manda. Existe a livre iniciativa, existe a livre concorrência, existe o direito do consumidor. Vou dizer uma coisa: não tem preço que pague o sorriso, até às orelhas, de um passageiro que entra num carro Uber. Eu faço esse trabalho com a maior alegria e orgulho por estar deixando as pessoas de Porto Alegre mais felizes, satisfeitas. O Uber veio cobrir uma necessidade que havia. Dominar o mercado por muitos anos não é garantia de sucesso infinito. Ou você inova, ou você está fora do mercado. Então o que tenho a dizer hoje aqui é a minha experiência, o meu orgulho de ser parceira Uber e o orgulho de estar fazendo com que a Cidade se mova de uma maneira maravilhosa e as pessoas extremamente satisfeitas. Acho que isso, sim, não tem preço. A alegria da

população, o direito do consumidor são o que vale. Acho que no sistema em que vivemos, um sistema que é capitalista, quem manda é o cliente, quem manda é a população, quem manda é o passageiro. Esses novos aplicativos, *startups*, são inovações, não tem como barrar. Não tem como impedir. Nós não podemos restringir essas inovações. Nós precisamos fomentar a livre concorrência para que a população, os consumidores possam ter um serviço de qualidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos agora, para sua manifestação, o Sr. Paulo Adir Ferreira.

O SR. PAULO ADIR FERREIRA: Senhoras e senhores, muito boa noite. Sr. Presidente, quero começar dizendo o seguinte: gostei muito daquela frase que está ali: “Menos Estado e Mais Liberdade”. Este pessoal está confundindo religião com empresa. A nossa Constituição prevê, sim, liberdade, mas liberdade religiosa. Empresas, aqui no Brasil, cumprem regras, e não estão cumprindo. E não estão cumprindo porque as autoridades deste País estão prevaricando, cometendo vários crimes. É inadmissível que um país como o nosso se permita que Lei Federal... E táxi tem lei específica e deveria estar sendo cumprida. E quem está negociando com essa verdadeira seita que veio de fora, que tem problemas em todos os países por onde passa, porque não respeita ninguém, não respeita regra, com todo o respeito a quem está trabalhando, deveria estar pedindo a prisão. Quando o Prefeito de Porto Alegre recebeu aqui representante desse pessoal, deveria ter chamado a Brigada Militar para prendê-los porque são contraventores, e o lugar de contraventor é na cadeia. A EPTC recolheu os carros, estão apodrecendo lá no pátio. Se alguém tiver dúvida quanto à legislação federal que lhes dá liberdade para recolher esses veículos, então, me diga que a lei não serve, que a lei não é boa, que a lei não é perfeita. É com base na legislação que esses veículos estão sendo apreendidos. Este projeto é uma pegadinha. A Prefeitura de Porto Alegre está utilizando esta empresa que veio de fora para aprovar um projeto que libera transporte individual de passageiro para toda e qualquer empresa que queira prestar esse tipo de serviço. Eu só tenho uma coisa que me conforma com esse projeto: é que vai mandar o Uber para casa. Vai mandar para casa, porque a EPTC vai enriquecer com esse tipo de transporte, e aí eles vão fiscalizar e não vai ser mais admitido o transporte clandestino em Porto Alegre. Tenho

certeza que a EPTC vai para a rua e vai recolher. Temos muitos agentes públicos trabalhando. A própria EPTC admitiu isso. O Secretário afirmou isso numa reunião nossa, que muitos agentes estão trabalhando. Eles estão cometendo crime, estão prevaricando e este pessoal, e aí há brigadianos, há policiais civis, há agentes penitenciários que estão trabalhando e não poderão se inscrever, não poderão fazer parte desse novo modal.

Então queria dizer o seguinte: eles vão continuar trabalhando, não vão respeitar a legislação, e a história mostra isso com muita clareza. Em país nenhum do mundo se submeteram a qualquer tipo de lei e tiveram que sair quando não deu mais para explorar. É transporte clandestino verdadeiramente. E nós não admitimos isso. Nós tivemos aqui no Rio Grande do Sul um grande estadista: Leonel Brizola. Leonel Brizola encampou empresas estrangeiras, americanas, e deu origem à CEEE, à CRT. E hoje pessoas do partido dele, o presidente da Câmara, do seu partido de origem e a própria Prefeitura está sendo governada por um partido que era o atual partido do Brizola. Estão fazendo exatamente o caminho de volta.

Mas quero me despedir fazendo uma correção: o Sindicato dos Taxistas quando aqui apareceu foi vaiado. Isso não ficou bem para os taxistas. Mas foi vaiado por quê? Porque ele não representa a categoria. Representar a categoria é aquela entidade que chama a categoria para negociar, e eles disseram em vários jornais, em vários veículos de comunicação que dá para conviver com essa parceria. Não é verdadeiro. Ele tem que perguntar é para os seus afiliados, para os taxistas, para ver se eles concordam com isso. E veja bem: por que eles estão descontentes? Nós fizemos em Porto Alegre a maior carreata, deste Estado, de taxistas. E é possível que tenha sido a maior do Brasil, mas eu não tenho esse dado. O Sindicato no dia anterior... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Paulo. O seu tempo se esgotou. Convidamos, para a sua manifestação, o Sr. Hendel Sobrosa Machado.

O SR. HENDEL SOBROSA MACHADO: Boa noite a todos. Em nome do Presidente da Mesa, Cassio Trogildo, eu cumprimento a todos os presentes. Lembro que viemos aqui hoje para debater esse projeto de lei, que nada mais é do que uma discussão pela liberdade. Nós estamos debatendo algo muito maior do que o Uber, que é o direito de

defender a liberdade, a livre concorrência, livre iniciativa, que é o que o Uber está representando na Cidade. Não é apenas um aplicativo, uma concorrência, é a opção do consumidor escolher o modal que ele quer usar. Quem manda na economia de mercado é o consumidor, e ele deve definir qual a categoria, qual a empresa, qual o motorista que vai lhe conduzir. E o consumidor já escolheu em Porto Alegre, já optou pelo Uber, porque ele sabe que é maltratado pelos taxistas, que agora estão de costas, ele sabe que não é respeitado. Quem está respeitando o consumidor aqui é a categoria dos trabalhadores livres do Uber, e é isso que viemos defender hoje.

Eu sou o primeiro representante totalmente isento da sociedade civil a falar hoje, porque quem falou foram os taxistas, alguns funcionários do Uber, e eu falo como sociedade: a sociedade quer mais liberdade, quer opção, quer poder se deslocar à vontade na Cidade, e o Uber trouxe isso. O que temos no projeto de lei hoje são discussões de como isso vai acabar, por exemplo, é posta uma taxa mensal para os motoristas do Uber trabalharem, mas muitos, como bem disse quem me antecedeu aqui, fazem bico, e essa taxa mensal é desproporcional ao tamanho do horário de trabalho que fazem. Como exemplo de São Paulo, que se use um valor por quilômetro rodado, mas que não se cobre uma taxa fixa, que só inibe o motorista individual e só fortalece os grandes sindicatos, as grandes aglomerações e as grandes empresas que vão por vários motoristas a dirigirem o mesmo carro. O que o Uber traz é a liberdade para cada um ser o próprio empreendedor, ser o empreendedor individual e fazer a diferença para si e para sua família, é isso que está em jogo. Além disso, fico com muito medo da proposta de identificação visual dos veículos, porque a gente sabe que, nas últimas semanas e nos últimos meses, os motoristas de táxi têm sido agressivos com os motoristas de Uber, e eles têm medo de ser identificados porque eles podem sofrer represálias. Aqui estou falando de segurança pública, não é nem de normas de regulação, é uma questão de segurança pública e de paz social. A gente não pode pensar que identificar o motorista de Uber vai trazer mais segurança, porque não vai, vai diminuir a segurança e a liberdade.

Eu acho que o aspecto mais polêmico, e que pouca gente está falando aqui, é o aspecto arrecadatário da lei. Os artigos 20 e 21 da lei propõem multas muito acima do que são cobradas pelo Detran. E uma multa leve pelo Detran custa R\$ 53,20; enquanto a multa mais leve para o motorista parceiro do Uber ou de outros aplicativos vai ser de R\$ 1.825,05, e isso inibe a atividade econômica deles. Tomar uma multa é acabar com o

mês, tomar uma multa grave acaba com o ano e ele pode entregar o seu carro, porque as multas graves vão para R\$ 15 mil ou R\$ 20 mil. É totalmente desproporcional. Então, alguns pontos desta lei têm que ser modificados, e foi isso que viemos apresentar, apresentar propostas para discussão. Mais do que discursos políticos daqui e dali, temos que apresentar propostas para fazer com que o Uber seja uma possibilidade viável em Porto Alegre e confiável, como está sendo, e como os outros aplicativos podem vir a ser. Temos que defender a liberdade acima de tudo. A Constituição brasileira já prevê, no art. 170, a liberdade de concorrências, e temos que manter essa liberdade de concorrência viva aqui em Porto Alegre. Porto Alegre tem que ir para o futuro e não para o passado. Viva a liberdade!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Ver. Marcelo Sgarbossa e também do Sr. Alberto Kopittke, Vereador licenciado de Porto Alegre e Secretário do Município de Canoas. O Sr. Antonio Carlos Ross de Abreu está com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS ROSS DE ABREU: Boa noite, senhores; boa noite à Mesa, ao Presidente Cássio; boa noite aos Vereadores e Vereadoras. Pois bem, estou aqui representando a minha categoria, que trabalha há 37 anos neste serviço, e o culpado da situação de hoje, por estarmos passando hoje o que estamos passando, é o Sr. Cappellari, porque existe uma lei proibindo desde dezembro este tipo de serviço, e o Sr. Cappellari simplesmente faz uma farsa – desculpa ter que dizer para ele –, ele usa a imprensa para dizer que recolhe carros. Ele não recolhe carros do aplicativo, ele recolhe táxi, pois na rodoviária há 30 agentes e no aeroporto também, recolhendo carro. Pneu, que caras que não têm condições de dizer que um pneu não tem condições de andar. Eu nunca vi um acidente por pneu. Faça-me o favor! Pois bem, e quanto a dizer que a população quer esse tipo de trabalho, é uma mentira, porque a nossa frota, 3.925 carros, carrega, em 24 horas, 157 mil passageiros. Num mês, 30 dias, dá 4,7 milhões pessoas. Carregamos três vezes mais a população de Porto Alegre nos nossos carros. Essa é que é a população maior! Não é meia dúzia de pessoas que usa cartão de crédito. As pessoas estão iludidas pelo cartão de crédito, mas no táxi o Sr. Cappellari pediu que colocássemos cartão de crédito, nós colocamos. Tem um aplicativo para saber quem são os nossos motoristas. Vê se nesse aplicativo se sabe quem é que está sendo conduzido.

Os motoristas de táxi que estão saindo daqui, que não fazem mais nada por nós, estão ali, deve ter meia dúzia de táxi entrincheirado ali fazendo isso. Estão nos roubando! Aí diz que o aplicativo é uma coisa que está servindo, veio desigual. Por que não entraram pela porta da frente, oferecendo produto, com carro executivo, balinha, água, a 30% mais que o táxi? E não os carros que vejo aí na rua, Uno, Palio, Classic, ex-táxi trabalhando aí na frota. Esta é a segurança de vocês? É isso que a população quer? A população está iludida por meia dúzia de coisas que estão apresentando. Aí a criança nem nasceu, já está aqui o aplicativo carregando droga. Imagina regulamentando. Imagina! Não está regulamentado e já está assim! Imagina o resto, o que vai acontecer? A criança fez nove meses neste mês, começaram em novembro, nasceu a criança carregando droga. É isso que tenho a dizer aos senhores: a população somos nós que carregamos, nós, que estamos nesta Cidade que não tem segurança, nós pegamos pessoas assaltadas, estão, aí, as pessoas na rua, com insegurança. Nós pegamos, a categoria pega, eles que buscam as pessoas; não é essa gente que trabalha com cartão de crédito. Isso não leva a nada! Obrigado aos senhores, obrigado a todos, por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Ezequiel Müller Maciel está com a palavra.

O SR. EZEQUIEL MÜLLER MACIEL: Boa noite, Sr. Presidente, Mesa, demais presentes. Eu quero tocar num ponto que acho de suma importância nesse processo todo de regulamentação, que é o quanto à chegada do Uber a Porto Alegre aqueceu a nossa economia. Hoje nós temos um número expressivo de motoristas nas ruas, abastecendo nos nossos postos, que precisam tomar café, que precisam almoçar, que precisam jantar. E, senhores, façam os seus cálculos do quanto isso aquece a economia da nossa Cidade. Não fechem os olhos para isso, por favor.

O outro ponto que eu gostaria de falar é: a gente sempre recebe elogios e um *feedback* maior em relação à qualidade do serviço que a gente presta, e isso é muito fácil de entender. É notório que a nossa economia está passando por um período de turbulência, em função disso, vários postos de trabalho foram fechados em diferentes áreas, em diferentes setores. Esses profissionais, que, muitas vezes, são extremamente qualificados, com nível superior, fazendo uso dos aplicativos de transporte de passageiros, conseguem gerar renda, senhores, para, inclusive, ter dignidade enquanto

procuram se realocar nas suas áreas, com os aplicativos de transporte. Por favor, vocês têm a oportunidade de fazer história na nossa Cidade, e isso vai servir de exemplo para outras no mundo todo. Não fechem os olhos, a gente pede, por favor, regulamentem o nosso serviço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos agora para a sua manifestação o Sr. Claudio Santos Lindner.

O SR. CLAUDIO SANTOS LINDNER: Boa noite, Srs. Vereadores, Mesa, Vereadores, categoria; boa noite Porto Alegre. Eu acho que a gente está falando aqui num projeto de lei para ser regulamentado pela Prefeitura e Ministério Público. Mas que lei é essa? É uma lei que já nasceu morta, que não se enquadra nas leis do Município e das outras cidades do País. Nessa empresa que está aqui, eles não querem limite de carro, meus senhores, não querem placa vermelha, não querem motorista que exerça função remunerada na carteira. Mas que lei é essa? Agora, eu vou dizer para vocês, vou falar em nome de todos aqui, vocês, o povo: o Brasil está caindo numa armadilha com esse aplicativo. Nós não podemos deixar que o Ministério Público legalize qualquer tipo de aplicativo de plataforma, porque eles vão desestabilizar todas as categorias, vão entrar nos ônibus, nos lotações; vão entrar em barcos, helicópteros; vão entrar em médicos, advogados. Quando nós estivermos desestabilizados, todo mundo quebrado, eles entram com seu produto no País. E aí o Brasil vai vender o nosso serviço para o exterior? Como é que nós vamos ficar, como vão ficar esses milhões de brasileiros sem trabalhar? Então, nós estamos caindo numa armadilha. Até vocês, meus senhores, que estão trabalhando no Uber, porque o Uber não vai pagar legalização nenhuma, são vocês que vão pagar para a EPTC. Eles querem levar o deles limpinho para fora do País, estão descapitalizando nosso País, levando, num momento de crise que ele vive, seu dinheiro limpinho para fora. E outra, meus senhores, isso aí só tem um ganhando. Estão acabando com a nossa reserva de mercado, num momento de crise que vive o Estado, só ganha o Uber, não ganham eles nem nós. Estão acabando com a nossa reserva do mercado. Então, não existe regulamentação, meus senhores. Eu peço aos senhores – vai para a Câmara essa regulamentação – que pensem muito bem, porque eles vão tomar conta do nosso País. É a mesma coisa que vender a nossa obra-prima para o exterior. Então, eu

peço que os senhores pensem muito bem. E a gente quer que isso seja resolvido antes das eleições, meus senhores, para ver quem vai votar contra ou a favor. Nós somos contra o aplicativo, e peço aos senhores que o nosso poder público olhe e revise muito isso. Que isso aí eles vão invadir o nosso País, vão desestabilizar, vão acabar com as nossas categorias e vão entrar com a mão de obra deles, vai terminar o nosso serviço. Muito obrigado, é só o que eu tinha que dizer. Boa noite aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido para sua manifestação o Sr. Ricardo Santos Gomes.

O SR. RICARDO SANTOS GOMES: Boa noite, Sr. Presidente, senhoras e senhores, demais Vereadores presentes. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que esta audiência pública é sobre muito mais do que o Uber. Esta audiência pública é sobre o futuro da inovação em Porto Alegre. Esta audiência pública, Sr. Presidente, vai falar sobre a relação que Câmara de Vereadores terá com os empreendedores e com os inovadores da Capital. Um senhor que me antecedeu falou no modelo de Leonel Brizola, falou na CRT. A CRT já veio, já foi e acabou quando o seu tempo acabou, porque o modelo de inovação tornou a CRT arcaica. Se os taxistas hoje reclamam, e reclamam com razão, porque são submetidos a uma regulamentação pesada, e há um custo de licença para trafegarem com os seus táxis, custo altíssimo, reclamam porque o modelo de regulamentação torna o trabalho deles mais pesado. E a Prefeitura e a Câmara de Vereadores o que estão fazendo é emparelhar a dificuldade do outro lado em vez de facilitar a vida dos taxistas. Essa dicotomia entre taxistas e motoristas do Uber é falsa. A verdadeira dicotomia que está posta nesta noite é a dicotomia entre a liberdade de empreender e de consumir e a regulamentação estatal de qualquer serviço público que seja prestado. Essa é a dicotomia que nós estamos enfrentando. A Câmara de Vereadores tem uma oportunidade de dizer à Cidade que está do lado da inovação e do lado do empreendedorismo. Esse é o legado que esta Câmara pode deixar para os cidadãos porto-alegrenses. O que está em discussão, portanto, é a soberania do cidadão sobre o Poder Público; e não a soberania do Poder Público sobre o cidadão. Os porto-alegrenses querem o direito de optar pelo serviço que vão utilizar; os porto-alegrenses querem o direito de escolha. E é isso que a Câmara de Municipal está prestes a retirar. Aliás, retirou com a lei que proibiu uma

prestação de serviços. A regra deve ser a liberdade. Se a Prefeitura escolheu prestar serviços de transporte público, através de um modelo concedido, isso não pode impedir que outras pessoas ofereçam serviços que os consumidores querem consumir. O cidadão porto-alegrense quer o direito de escolha. Nem todos andarão de Uber. Hoje nem todos podem andar de táxi, um serviço que é, sabidamente, caro. Nem todos podem fazê-lo, mas os que querem escolher e têm condições de enfrentar o custo dessa escolha, podem fazê-lo. Sr. Presidente, este é o momento de definir qual é a relação que o Poder Público vai ter com a livre iniciativa e também com os dados dos cidadãos. Há um item, Sr. Presidente, no projeto de lei, que obriga qualquer aplicativo a transmitir dados em tempo real à Prefeitura. O que será feito com esses dados, Sr. Presidente? Esses dados não são do aplicativo para distribuir, esses dados são do usuário, do cidadão.

(Manifestações na plateia.)

O SR. RICARDO SANTOS GOMES: Este é um momento decisivo, Sr. Presidente, em que a Cidade dirá se ela está aberta à inovação. O tempo não vai parar esperando por Porto Alegre, Porto Alegre vai ficar para trás, se não tiver liberdade para empreendedores, empresas e usuários escolherem. Nós temos, Sr. Presidente, dezenas de cursos de tecnologia da informação, onde jovens estão estudando para desenvolver aplicativos que possam resolver os problemas da Cidade. O que é esta audiência pública dirá a esses jovens? “Parem, os senhores só poderão trabalhar, quando nós dermos a nossa benção”. O modelo de liberdade, Sr. Presidente, é que funciona. (Vaias.) Sr. Presidente, peço que retome o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Seu tempo está assegurado. O senhor tem ainda 17 segundos para a conclusão. Solicito aos nossos ouvintes que possam nos auxiliar para que o nosso orador possa completar a sua fala.

O SR. RICARDO SANTOS GOMES: Sr. Presidente, não se trata do aplicativo Uber, trata-se da liberdade de empreender e de escolher de todo o cidadão porto-alegrense. E é isso que está na mão de Vossas Excelências. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Jorge Luiz de Fraga Ouriques está com a palavra.

O SR. JORGE LUIZ DE FRAGA OURIQUES: Boa noite aos colegas taxistas, boa noite à Mesa, aos Vereadores aqui presentes, e vou dizer o seguinte – o Dr. Cappellari está por aqui? Não, não estou vendo ele. É o seguinte, a gente trabalha há 35 anos na categoria. Quando eu entrei na categoria – e isto serve de exemplo para muita gente –, os táxis eram ainda fuscas e existia a alça “puta merda”, era uma chacota isso, e a gente veio evoluindo, trabalhando, trocando de carro, evoluindo. Hoje, eu tenho um carro no aeroporto, vivo uma vida razoável e tenho conta no banco para pagar o meu carro. O custo operacional disso - prestem atenção, por favor -, para manter o meu carro no aeroporto de R\$ 10 mil por ano, de impostos. Eu não estou falando aqui de troca de carro, que não está incluída, eu estou falando para manter Cootaero, Infraero e EPTC. O carro dos vermelhos custa, de impostos, R\$ 2 mil por ano. Então, eu vou falar sobre táxis. Eu tenho vergonha, hoje, com tudo isso que está acontecendo, de o Brasil estar se curvando para uma empresa americana, sendo que a Hillary Clinton disse que, se ganhar, vai banir dos Estados Unidos! Ela, se ganhar, vai banir. E eu tenho orgulho de ser taxista e tenho orgulho de ser brasileiro, mas me envergonho dos políticos não enxergarem uma carga tributária no Brasil, que é uma das maiores do mundo, 48%, e ainda permitirem que uma empresa dessas invada o País! E tem ainda brasileiro que se sujeita a trabalhar numa empresa dessas!

(Manifestações na plateia.)

O SR. JORGE LUIZ DE FRAGA OURIQUES: Tem que ter caráter, tem que ter vergonha na cara para dizer não para eles! Alemanha, Itália, Espanha, a própria Argentina está dando um exemplo aqui, e ficam as Câmaras de Vereadores, em todas as Capitais e Cidades perdendo tempo com isso. Cheias de projeto para fazer para a população, perdendo tempo com a empresa americana, que o próprio governante dos Estados Unidos não quer! Vamos falar sério. Eu sou taxista com orgulho e vivo a vida mais ou menos. Quem me conhece sabe. Eu tenho conta para pagar, do meu carro, tenho carro no aeroporto e pago todos os meus impostos. E vivo a vida normal, mais ou menos, e,

graças a Deus, tenho uma vida que me orgulha. Não devo nada para ninguém. Agora, eu não entendo como que eles vêm querer fazer serviços com tarifa mais baixa, eu não entendo, sinceramente. Eu quero que alguém me explique, se essa lei for aprovada, eu quero que alguém me diga, se vão ter mil legalizados e se não vão ter ilegais, se não vão ter dez mil ilegais. Porque eu quero que a plataforma seja bloqueada como em países de Primeiro Mundo. Eu quero ser, pelo menos, na inteligência, igual...A Alemanha veio aqui e tocou sete, não tocou doze, porque não quis. Se não entendermos, vamos perder para eles de novo na inteligência. É só acompanhar eles. Americano que é americano não quer vocês, não querem esse aplicativo. Por que nós vamos querer? E ainda invadiram o País. Sinceramente, se alguém me disser que essa lei...Primeiro, é inconstitucional, não cabe ao Município fazer legislação em cima da Constituição Federal. O Código Nacional de Trânsito é claro nisto: tem que ter placa vermelha, enfim, tem que ser táxi. E, se for táxi, tem que pagar o que nós pagamos de impostos. Agora, o que acho é que as Câmaras Municipais têm que fazer campanha em todo o País para pressionar o Governo Federal, a Anatel, para bloquear o aplicativo, urgente. Urgente! Porque estão invadindo este País, e nós estamos deixando, estamos brincando, deixando esse monstro crescer!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Luiz Augusto Barbosa dos Santos está com a palavra.

O SR. LUIZ AUGUSTO BARBOSA DOS SANTOS: Boa noite a todos, boa noite à Mesa; Cappellari, Presidente, políticos, companheiros do Uber, companheiros taxistas; eu vim aqui hoje dividir com vocês duas experiências que eu tive com a Uber. E a primeira experiência foi como passageiro. Como passageiro, o primeiro item que eu vi, nos motoristas Uber, é o respeito e a educação com que fomos tratados!

(Manifestações na plateia.)

O SR. LUIZ AUGUSTO BARBOSA DOS SANTOS: É o poder que eu tenho de avaliar o tratamento e o atendimento de um motorista. Eu, passageiro, vou avaliar como fui tratado, como ele dirigiu. Esse é o respeito que vocês têm, taxistas, virando as costas! Vocês estão virando as costas para a população de Porto Alegre! Essa não é a educação que a

população pede, a população está pedindo respeito! (Vaias.) Eu posso avaliar, como passageiro, enviei um *e-mail* com críticas para a Uber e, em seguida, foi respondido e fui atendido; me senti satisfeito, tão satisfeito, que me tornei um motorista Uber. Para me tornar motorista Uber, eu fiz um contrato com a Uber, com o passageiro, um contrato de três partes que não tem patrão. Aliás, o patrão sou eu, eu determino o dia e a hora que vou trabalhar, vou determinar o dia que vou fazer e como vou fazer. Eu tenho relatos de passageiros que, antes, diziam que, na turma que ia para a balada, um deles ia dirigindo, por causa da Balada Segura; agora, quem dirige para eles sou eu. Eu tenho relatos de muita gente que antes não utilizava o transporte público, hoje utiliza, deixa o carro na garagem, pela praticidade, pela comodidade, pela segurança e pelo custo mais acessível. A Uber tem o comprometimento com a qualidade não só do atendimento, mas a qualidade do veículo, que não tem só que estar limpo e com ar-condicionado ligado, mas tem que estar revisado, com pneu calibrado, com motor regulado, o freio não pode nem guinchar, tem que estar em condições de uso.

Eu, como motorista, posso avaliar o passageiro, assim como o passageiro avalia o Uber. A nossa nota máxima é 5, e a exigência mínima é de 4,7. Quem tiver menos do que isso não fica no Uber, o grau de excelência no atendimento é alto. A Uber tem tolerância zero para álcool, drogas e assédio sexual. Ela não admite isso. Nós trabalhamos sob essas regras, nós trabalhamos sob esses parâmetros de qualidade, segurança e confiabilidade. Eu conclamo os Vereadores de Porto Alegre: ouçam a sua população e votem a favor do projeto para que possamos realizar o nosso trabalho com dignidade e com segurança. Nós somos Uber!

(Manifestações na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Gerson Wizer Port está com a palavra.

O SR. GERSON WIZER PORT: Boa noite a todos, boa noite à Mesa, aos representantes e ao público aqui presente. Quero agradecer ao Município de Porto Alegre pela oportunidade de ter construído este debate, tal qual uma tribuna romana ou um parlamento inglês, vimos aqui nos manifestar, senhores. Vimos aqui, hoje, para mostrar, mais uma vez, a nossa disposição e o nosso comprometimento em encontrar solução

para os problemas da nossa querida cidade de Porto Alegre. Queremos dizer, senhores, que problemas existem e sempre existirão, o importante é nos cercar de pessoas comprometidas e dispostas a resolver esses problemas. Entendemos que temos um órgão fiscalizador no Município, na figura da Empresa Pública de Transporte e Circulação, que tem competência e responsabilidade técnica para dar essas respostas. Precisamos de mais carros em Porto Alegre? Instalamos GPS nos carros para saber se realmente precisamos, senhores? Os taxímetros novos que colocamos... Quero dizer aqui que sempre a categoria dos taxistas desta Cidade esteve à frente da tecnologia, nós queremos tecnologia, nós gostamos de aplicativos – gostamos, senhores! –, daqueles que não são ilegais. Dos ilegais, nós não gostamos. Aplicativos ilegais, não apreciamos. E vou dizer por que: porque, como bem diz o nosso Hino, “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo.” Virtude, senhores, é respeitar aquelas regras que existem. Isso é virtude! Quando leio as faixas “menos estado, mais liberdade”, e por algumas falas que ouvi aqui, não tenho dúvida de que tudo o que nós acordamos aqui, com esse aplicativo clandestino, não vai ser respeitado – como ele já o fez quando sentou com a bancada dos Vereadores da Cidade de Porto Alegre e com o próprio Prefeito! Essas pessoas não estão dispostas, senhores, pelos seus discursos, a seguir qualquer tipo de regramento, porque o Estado é opressor, o Estado não deve existir. É uma política? É um idealismo? É um anarquismo? Não sei, senhores, vamos pensar.

Por fim, senhores, como disse, pelo histórico das ações dessa empresa, e eu não vou citar o nome dela aqui, me causa uma grande estranheza a imprensa, que tem todo o cuidado, quando vai mostrar uma marca na televisão, de virar o rótulo, de não pronunciar o nome de alguns produtos para não fazer *merchandising* desnecessário, tem todo esse cuidado, com esse aplicativo clandestino ela tem outro tratamento, tem o ensejo de encher a boca para falar. Isso não é virtude, senhores.

Então eu quero dizer aqui para os colegas, tanto os taxistas quanto o pessoal do aplicativo clandestino, que vocês estão sendo enganados, vocês estão sendo usados, vocês estão sendo impelidos, senhores, a não agir com virtude. E não tenho dúvidas aqui, Vereadores, que todo esse regramento que nós estamos sentados discutindo, que nós queremos ordenar e regular, será cumprido, não tenho dúvida nenhuma, pelos taxistas – e já o é! Mas tenho certeza, pelos discursos que ouvi, pela forma como esse aplicativo

clandestino entrou na Cidade e impeliu pessoas honestas a praticarem atos ilícitos, de que eles não vão cumprir.

Termino dizendo aqui que, se os diretores dessa empresa clandestina tivessem um pouco de senso, teriam vergonha de ter incitado, de ter impelido e de ter patrocinado pessoas honestas a caírem na clandestinidade. Um pouquinho mais, como disse um colega, teriam que sair daqui direto para uma delegacia para prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Vinícius de Franceschi está com a palavra.

O SR. VINÍCIUS DE FRANCESCHI: Primeiramente, eu queria dar boa noite para todo mundo; boa noite aos trabalhadores do Uber; boa noite aos meus amigos do Movimento Social Livre, do qual, orgulhosamente, eu faço parte; boa noite a toda Mesa, ao Cappellari, ao Presidente da Câmara; boa noite aos amigos taxistas trabalhadores, eu tenho muito respeito por vocês, porque eu tenho muito respeito por qualquer pessoa que trabalha honestamente na nossa Cidade. Queria cumprimentar também o Ver. Cláudio Janta; não sei se o senhor lembra de mim, Vereador, mas eu fui espancado, eu fui agredido pelos seus cupinchas, na semana passada, na Câmara de Vereadores, o senhor se recorda? Se o senhor não se recorda, eu me recordo, porque fui eu que apanhei!

Eu queria dizer que a maior discussão, hoje, aqui, em primeiro lugar, é a mobilidade urbana, e eu não ouvi ninguém falando sobre isso até agora. O Uber e todas as empresas que vão concorrer com o Uber – já tem a WillGo, virão a Cabify e outras – representam mobilidade urbana em Porto Alegre. É certo que a Prefeitura, o Poder Público não consegue coordenar o transporte público da forma como ele deveria ser, então cabe à iniciativa privada, sim, dar opções ao usuário. A gente não precisa, sempre, que o Estado faça as coisas por nós; nós mesmos podemos fazer. O Uber é um exemplo de quem fez muito pela mobilidade urbana em Porto Alegre e vai fazer muito mais. Vão vir outras opções, outras empresas, o mototáxi, que eu tenho certeza de que vai ser regularizado, embora o Cappellari também não queira, e vai ser outra opção para a população. Nós temos que pensar nisso primeiro.

A segunda coisa que nós temos que pensar é a questão das novas tecnologias que estão surgindo. Vocês podem protestar contra isso, mas as novas tecnologias vão vir: já tem

aplicativo para médico, tem aplicativo para transporte remunerado, tem aplicativo para saúde e beleza. Eu sou advogado e eu não vou ter nenhum problema quando vier o aplicativo para advogados! Eu vou trabalhar junto, porque eu entendo que é parte da modernidade e vocês também deveriam entender assim.

(Manifestações na plateia.)

O SR. VINÍCIUS DE FRANCESCHI: Agora, vou falar um pouco mais das vantagens da liberdade. A gente está discutindo qual é o papel de uma Constituição, de uma lei federal, que é a Lei de Mobilidade Urbana, que permite o transporte remunerado privado de passageiros. O Uber não inventou nada novo! Se vocês ligarem para a Localiza, a Movida ou outras locadoras de carros, todo mundo pode alugar o carro, por dia, com motorista particular. Não tem nada que me impeça de pegar um cidadão, dar um carro para ele e fazê-lo trabalhar para mim, com carteira assinada, como meu motorista particular! O Uber não inventou nada, o Uber faz o que já existia, só que desburocratizou esse serviço, para que esteja à disposição de qualquer cidadão porto-alegrense. Barrar esses aplicativos é barrar a modernidade, é barrar um bom serviço que é mais barato que o táxi e atende muito bem às pessoas! (Vaias.)

Então, neste momento, como última mensagem, eu gostaria de falar que não se trata, como meu colega falou, de Uber ou empresas de aplicativos contra os taxistas. Tem espaço para todo mundo, certo? As pessoas vão continuar pegando táxi, é evidente que vão, tem muita gente que quer o táxi, as pessoas podem querer o táxi, têm esse direito e vai continuar acontecendo.

Quanto à questão de impostos, custos, que se fala muito: custa mais caro comprar um carro para dirigir no Uber ou nas empresas do que no táxi, porque o taxista tem muitas exonerações, e disso vocês não falam! A Uber e essas outras empresas só trabalham com cartão de crédito, o que está no cartão de crédito passa pelo sistema financeiro e todo mundo fica sabendo. Aí vocês falam de sonegação, mas o dinheiro que vocês recebem, à vista, no táxi, vocês emitem nota de tudo? (Vaias.)

Como última manifestação, como eu disse, respeito muito o taxista trabalhador, mas eu respeito o trabalhador, eu não respeito uma figura que é o permissionário, o barão do táxi, o barão das placas, que a gente sabe que existe muito nesta Cidade, que vende, a peso

de milhão, placa para vocês trabalharem, e vocês dizem que eu sou escravo, que eu estou sendo onerado pela empresa; vocês também são, muitas vezes, certo? Então, pensem um pouco sobre isso, pensem para quem vocês trabalham, pensem se é bom para vocês.

Então, como última palavra, eu quero dizer: Vereadores, regularizem o Uber, a gente tem que fazer isso, regularizem em todas as empresas, mas façam uma regulação inteligente, não uma regulação hipócrita. Vejam os pontos que têm que ser conversados, mudem o que tiver que mudar e façam uma regulação para o povo de Porto Alegre. Liberdade!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Ver. Márcio Bins Ely. Convido, para sua manifestação, o Sr. Marco Tadeu Caceres Leite.

O SR. MARCO TADEU CACERES LEITE: Boa noite, Porto Alegre. Estamos aqui na Casa do Povo, hoje representada pelo Presidente Cassio Trogildo. Boa noite, senhores da Mesa; boa noite, Sr. Cappellari; boa noite, família taxista! Estamos aqui para falar em nome dos taxistas. A minha família é taxista. Senhores, não somos contra o passageiro, que é mal-informado e se utiliza desse aplicativo, não somos contra os senhores que estão no dia a dia querendo o seu ganha-pão, só que estão fazendo trabalho escravo! Vocês não sabem disso ainda, vão saber quando tiverem a manutenção do seu carro. Estão sendo enganados por essa empresa. Somos, sim, contra essa empresa, que é uma predadora, que por onde ela passa, causa discórdia; por onde ela passa, existe polêmica. Então nós temos que aprender com o que está acontecendo lá. E eu venho aqui, em nome da família taxista, pedir a atenção de todos os Srs. Vereadores a fim de falar uma coisa pontual: estamos aqui para quê? Para falar de um projeto de lei! Foi falado em termos de respeito aqui. O que diz o projeto de lei? Que esse aplicativo é proibido até que seja regulamentado. Acham que eu estou errado ou estou certo? Se essa empresa é honrada, senhores, como diz ser, então ela deve retirar o seu aplicativo. A gente respeita a Casa do Povo e vamos retirar o nosso sinal até conversarmos com a sociedade, como estamos fazendo aqui, e chegarmos a um consenso. Daí, sim, estaremos subordinados a uma regulamentação, porque por onde essa empresa passa, ela se acha superior, se acha superior à soberania dos países, se acha superior à Porto Alegre, superior ao nosso Prefeito José Fortunati, que chamou essa empresa diversas vezes para negociar.

Senhores, hoje temos aqui a família taxista, com muito orgulho que falo. São os bons, porque os maus, assim como tem em qualquer categoria, aqueles que cometem um crime, esses são exaltados pela mídia. Os bons estão aqui a fim de dialogar com a sociedade de forma consciente, de forma clara, de forma inteligente, senhores. É por isso que estamos aqui. Vocês pregam o estado mínimo, mas interessante que, quando a água bate, vocês pedem a intervenção do Estado, o estado interventor. Aquele senhor que esteve aqui, que trabalha nesse aplicativo, deve ter uma aposentadoria, ele deve estar recebendo hoje pela Previdência. A maioria das pessoas para se manterem nesse aplicativo hoje, senhores... Não somos contra vocês, até estamos falando em prol de vocês, vocês simplesmente estão se utilizando de uma mídia que distorce a realidade. Hoje nós temos, aqui em Porto Alegre, o sistema de GPS em todos os táxis. Esse sistema está sendo bloqueado pela população, foi diminuída ali a taxa da bandeira 2, e quem está pagando é a população. Há um desrespeito dessa empresa com todo o sistema do GPS, que é para ver a taxa de ocupação de cada carro, a fim de se colocar mais carros ou não. Essa empresa, senhores, não respeita ninguém!

Então eu peço aqui ao nosso Presidente, Vanderlei Cappellari, que faça cumprir a lei. Já fomos diversas vezes na EPTC e pedimos a fiscalização. Vamos, sim, para este grande debate que estamos instaurando aqui na Casa do Povo. Os taxistas estão respeitando a Casa do Povo, e essa empresa não está respeitando. Quero deixar isso bem claro. Hoje, essa empresa clandestina é uma multinacional que tem alto poder tecnológico, que escraviza os seus motoristas. Não foi à toa que, lá em São Paulo, os caras fizeram duas greves. Eles não respeitam ninguém! Lá na França, prenderam dois diretores dessa empresa. Temos que ver com esses olhos. Então, senhores, num ponto, a gente tem uma empresa multinacional; no outro ponto, a gente tem a família taxista, que são pessoas físicas, não são pessoas com alto poder econômico. Tem que vir lei, sim, que desfavoreça.... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Felipe Zortéa Camozzato está com a palavra.

O SR. FELIPE ZORTÉA CAMOZZATO: Boa noite a todos; boa noite, senhores. Antes de começar a minha fala, a primeira coisa que eu quero dizer – achei curioso e quero

comentar a respeito – é sobre essa repetição de uma multinacional estrangeira, americana, que estaria tomando o nosso País. Vocês esqueceram que vocês estão combinando por WhatsApp as manifestações de vocês? Outra coisa curiosa é que, antes, séculos atrás, ou melhor, décadas atrás, só as madames tinham motoristas particulares. Hoje, graças à inovação, à tecnologia e ao empreendedorismo, o povo pode pagar por um motorista particular. Para mim, isso significa avanço! Mas vamos lá...

A noite de hoje é histórica para a cidade de Porto Alegre, assim como é histórica para o Brasil. Nós estamos aqui reunidos hoje não para discutir táxi, não para discutir Uber, não para discutir aplicativos móveis de transporte; estamos aqui para falar sobre liberdade, como alguns já mencionaram. Meu nome é Felipe Camozzato, tenho 28 anos, sou empreendedor, voluntário do partido NOVO. Eu compartilho do sentimento de injustiça dos senhores, taxistas, que são explorados pelo Estado com tanta regulamentação, taxação e obrigações legais; da mesma forma que eu compartilho do sentimento dos motoristas de aplicativos por não ser permitido a eles que empreendam e realizem os seus sonhos, complementando a sua renda. O que eu quero dizer aqui é que esses dois lados não são opostos. Estamos todos juntos em torno de uma mesma pauta, que é a seguinte: é o indivíduo contra o Estado. Apesar de, na imprensa, nas rodas de conversa, a gente falar muito sobre motoristas de táxi versus motoristas de Uber, isto aqui provavelmente não aconteceria se todos tivessem liberdade de empreender, trabalhar e não tivessem que cumprir com obrigações legais de burocratas, que, muitas vezes, não sabem o que estão fazendo. Hoje, os taxistas vivem algemados por uma regulamentação que dita como eles devem trabalhar, como eles devem se vestir, como deve ser o táxi deles. Por outro lado, a mesma regulação impõe ao cidadão como ele deve ser transportado, que meio e que modal de transporte ele deve escolher e quanto ele vai pagar por esse transporte. O que estão nos escondendo – e aqui eu falo por toda população de Porto Alegre – é que o debate não é esse. O que estão nos escondendo é que o debate é para definir como, também, escravizaremos motoristas de aplicativos móveis, assim como já escravizamos taxistas e outros trabalhadores na regulação e na burocracia sufocantes do Estado brasileiro e do Município de Porto Alegre – um dos piores municípios do Brasil para se empreender!

Como disse Ronald Reagan, ex-Presidente americano, a visão do Governo sobre a economia pode ser resumida em poucas frases: “Se ela se movimenta, taxe-a. Se ela

continua se movimentando, regule-a. E, se ela para de se mover, subsidie-a”.
Principalmente a vocês, Srs. Vereadores: vamos ser francos. O debate aqui é sobre como serão protegidos a arrecadação e o poder da Prefeitura sobre empreendedores autônomos e sociedade civil de Porto Alegre, sejam eles taxistas, motoristas de aplicativos móveis ou consumidores, que são privados do seu direito de escolher. Por isso, eu iniciei a minha fala dizendo que estamos fazendo história aqui hoje. Os olhos do País estão diante de nós, os olhos da cidade de Porto Alegre estão diante de nós, porque nós representamos aqui um debate sobre liberdade, empreendedorismo e livre concorrência. Se a gente não respeitar essas premissas, amanhã será o Netflix, outras soluções e outras tecnologias, como o WhatsApp. Quando daremos chance para a liberdade? (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Boa noite, Secretário Cappellari, colegas Vereadores, servidores da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, taxistas de Porto Alegre, trabalhadores de táxi, trabalhadores explorados de aplicativos, trabalhadores da imprensa que aqui se encontram. Sr. Presidente, queria parabenizar o senhor pelas decisões acertadas: primeiro, por fazer esta audiência pública; segundo, por ter optado por este local, onde esta audiência pública realmente deveria se realizar. Foi uma decisão acertada de Vossa Excelência.

Eu, como um representante autêntico do povo de Porto Alegre – fui eleito por quase 11 mil votos –, um dinossauro desta Cidade, defensor há mais de 30 anos dos trabalhadores, quero plagiar aqui o Bill Clinton: economia de compartilhamento é economia das sobras. As sobras vão para os trabalhadores, os grandes problemas vão para os gestores públicos e para os governos.

Eu não faço campanha para aplicativo nenhum aqui, principalmente para esse aplicativo irregular, que funciona fora da lei. Dinossauros, como eu, como os gestores públicos, o Presidente, o Primeiro Ministro da França, da Itália, da Espanha, da Alemanha, da China, onde esse aplicativosinho aí carregava muitas pessoas... Na China, por dia, carregava 1 milhão de pessoas. Na Índia, onde esse produto enganou o Governo dizendo que ia gerar 75 mil empregos, pelo contrário, demitiu pessoas e foi proibido na Índia, na Holanda, no

Canadá, na Suíça, na Argentina, os últimos a proibir foram Portugal e Colômbia; recentemente, na Coreia do Sul, na Tailândia, na Bélgica, no Japão, no grande centro tecnológico do mundo, nos Estados Unidos, onde mais de 50 jurisdições já proibiram, e a candidata à presidência, Hillary Clinton, já disse que quando eleita vai proibir, porque prega o capitalismo selvagem, destroi as famílias, os empregos e depois vai embora. Começaram dando balinhas, água mineral, bom-bom, agora já não dão mais nada, porque exploram as pessoas que com ele trabalham! Fazem evasão de divisas nos países. Esse aplicativo teve a cara de pau de dizer que é gaúcho, é uma mentira! Esse aplicativo tem dono e o dono se chama Bill Clinton, que o comprou por mais de US\$ 51 bilhões!

(Manifestações na plateia.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Ah! Não é o Clinton, é o Bill Gates! Eles sabem quem é o patrão deles, quem manda neles! É o capitalismo selvagem! Em alemão uber quer dizer destruir, acabar com o emprego, acabar com as pessoas que construíram esta Cidade. Se depender deste Vereador, que representa os trabalhadores, isso não vai acontecer!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Cel. Kleber Duarte, Comandante do 1º BPM, a quem queremos fazer um agradecimento especial por toda a segurança aqui, e a presença da Brigada Militar.

A Sra. Gabriele Lisboa da Silva está com a palavra.

A SRA. GABRIELE LISBOA DA SILVA: Boa noite aos presentes. Gostaria de perguntar se é a anarquia que vocês gostariam. Porque todos falam em liberdade, liberdade. Não dá para entender qual é a lógica. Qual foi a lavagem que fizeram na cabeça de vocês? O que vocês querem: donas de casa dirigindo carros, transportando pessoas pela cidade? É esse trabalho que vocês estão oferecendo, como a colega falou? Vocês acham que isso é trabalho qualificado? Justamente por essas pessoas que fazem bico no carro? Eu sou motorista de táxi há muitos anos, me orgulho da minha profissão, sou mãe também e não é essa ideia que quero para nós. Acho que isso é uma cilada, para mim isso é *dumping*, eles querem acabar com a nossa classe dos taxistas e depois colocarem o valor que bem

entenderem. Não é assim que funciona. Eu sou a favor do Estado. Nós temos concessão e precisamos de alvará para operar. Não é assim como vocês estão falando.

(Manifestações na plateia.)

A SRA. GABRIELE LISBOA DA SILVA: Muito obrigada pelos elogios. É assim que vocês respeitam as pessoas que vocês transportam! Falando em respeito, foi com o pé na porta que o aplicativo chegou aqui, porque ele não pediu licença, ele invadiu a Cidade. Não cumpre regra nenhuma, lei nenhuma. Falam em segurança, falam em liberdade. Eu sou contra a anarquia, acho que não é o caminho; acho que temos que respeitar o próximo, e vocês não estão me respeitando. Esse um quarto que vocês estão pagando para a americana, a gente não é escravo como vocês estão dizendo, eu cumpro regras e faço porque eu quero. Eu só tenho a dizer a vocês que sou taxista com muito orgulho. Atendo meus passageiros com todo prazer e satisfação, escuto muitos elogios por fazer meu trabalho com prazer. Acho que vocês deviam nos respeitar e se respeitarem, e não (Ininteligível.) como estão fazendo de invadir uma atividade, acabando com a nossa profissão, simplesmente porque é errado. Falam em liberdade e respeito, mas vocês não estão nos respeitando.

(Manifestações na plateia.)

A SRA. GABRIELE LISBOA DA SILVA: Exijo respeito e liberdade no exercício da minha profissão, que é regulamentada. Muito obrigada. Vocês, sim, são escravos e estão sendo iludidos, assim como as pessoas que dizem que usam pela qualidade. Que qualidade é essa? Qualidade zero! Porque vocês nem tem mais condições de manter, porque a conta não fecha! Vocês oferecem serviço mais barato, pagam 25%, pagam a manutenção, e o bonitão lá que tem o aplicativo está feliz da vida com os 25% do que vocês fazem! Eu gostaria que alguém me mostrasse alguma vantagem, porque até agora eu só ouvi balela do lado de vocês, não ouvi nenhum argumento que me fizesse acreditar, porque inovação não é. Nós temos aplicativos, bons carros e bons profissionais também. Então, não tem nada... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós vimos aqui e temos que ter bastante calma. Quero responder a algumas colocações. Primeiro, a do meu amigo, Ver. Ver. Cláudio Janta, que no pronunciamento disse que está proibido, que o pessoal que trabalha nos aplicativos são clandestinos, e várias pessoas falaram isso. Então, eu falo ao meu amigo, Ver. Cláudio Janta, que, na maior das boas intenções, no ano passado, ao invés de propor a regulamentação, propôs a proibição. E proibir não é o caminho, meu amigo, Ver. Cláudio Janta. Nós, sim, com a responsabilidade que temos pela cidade de Porto Alegre, temos que ouvir a população e buscar a regulamentação desse novo modal, que é o transporte por aplicativo. Nós temos, sim, que buscar a regulamentação, por dois motivos. Primeiro, as pessoas têm utilizado os aplicativos, e não é só para o Uber que estamos discutindo a regulamentação, estamos discutindo uma legislação para aplicativos para o novo modal de transporte de passageiros na cidade de Porto Alegre. E nós precisamos regulamentar para que essas pessoas que estão ganhando a sua vida, ou estão complementando a sua renda, estejam dentro de uma legislação. E que os senhores, motoristas de táxis, que prestam serviços a esta Cidade, e nós conhecemos e sabemos da importância de vocês, tenham também a tranquilidade de ter uma concorrência leal; não uma concorrência desleal, que não tenha uma regulamentação. Assim como chegou o Uber, chegarão outros aplicativos na cidade de Porto Alegre. Qualquer pessoa, inclusive, os senhores podem, no futuro, ter um aplicativo de sua autoria.

Portanto, nós, Vereadores, independente das posições, temos que fazer a nossa obrigação, que é legislar sobre a Cidade. A função do Vereador é esta: buscar uma legislação que traga um equilíbrio e que dê a tranquilidade, tanto para um quanto para o outro trabalhar, para que a população possa utilizar esse serviço, mais um serviço que vem se somar à cidade de Porto Alegre, com a tranquilidade da regulamentação e de um serviço que esteja a altura da cidade de Porto Alegre. Nós, sim, estamos sendo vanguarda, não só o Rio Grande do Sul, no Brasil, mas para o mundo; a cidade de Porto Alegre está sendo vanguarda na forma de regulamentação dos aplicativos. E mesmo sendo um Vereador de oposição, quero fazer este registro, que não faço parte da base do Governo do Prefeito Fortunati, mas quero parabenizar o Prefeito Fortunati e o Secretário

Cappellari pela sua atuação na regulamentação dos aplicativos. Sei que muitas vezes o trabalho do Secretário é contestado pelos dois lados, mas o Secretário cumpre com sua obrigação, e cumpre dentro da legislação existente. Se não tem legislação, o senhor tem que cumprir dentro da legislação. Portanto, nós temos a obrigação de, o mais rápido possível, regulamentar os aplicativos para que tenham uma legislação nesta Cidade, para que o Poder Público possa exercer a sua função dentro da Cidade, para que as pessoas e a sociedade utilizem esses serviços de um e de outro lado, dentro da regularidade e da sua finalidade, que é proteger a sociedade. Essa é a nossa obrigação, vaiado ou não, por um ou pelos dois lados, esse é o nosso trabalho e o faremos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Sr. Fábio Maia Ostermann está com a palavra.

O SR. FABIO MAIA OSTERMANN: Boa noite a todos, em especial, eu queria saudar os bons taxistas, que eu tenho certeza que existem alguns bons taxistas em meio a essa grande quantidade de pessoas que veio hoje a esta casa protestar, fazendo valer a sua voz de uma forma legítima. Eu digo bons taxistas, porque duas semanas atrás, na Câmara de Vereadores, eu fui agredido por maus taxistas, insuflados, inclusive, pelo Ver. Cláudio Janta. Porém, fui socorrido por dois taxistas, o que me leva a concluir que é óbvio que esse tipo de generalização não cabe nessa discussão. Existe taxista trabalhador, existe taxista bandido, existe bom motorista do Uber, existe mau motorista do Uber, é óbvio. O que está em questão aqui não é uma mera briga entre Uber e taxistas, é uma briga pela liberdade contra os interesses corporativos de uma minoria muito pequena que se organizou e ao longo dos anos se utilizou desses privilégios para prestar um serviço inferior ao cidadão de Porto Alegre. E como é que seu sei que é inferior? Bom, em primeiro lugar, porque eu usei por muitos anos o serviço de táxi; em segundo lugar, porque esse serviço vem perdendo espaço para a primeira alternativa que apareceu. Esta discussão não é sobre Uber versus táxi. Esta discussão é pelo direito de escolher, é pela liberdade do consumidor de Porto Alegre. E é por isso que devemos lutar.

O pior escravo é aquele que não consegue enxergar os grilhões que lhe prende, e, além disso, buscar aprisionar outros que estão livres.

Falaram muito aqui sobre aplicativo clandestino, serviço ilegal, serviço ilegítimo; clandestino, de verdade, é essa vontade de estatizar, de regular, de obstaculizar tudo. A gente precisa vencer, romper essa mentalidade estatizante, essa mentalidade que coloca todo o poder nas mãos dos políticos, e tira o poder das mãos dos cidadãos. Isso é uma batalha de todos que querem viver livremente, que querem trabalhar, que querem dar uma vida melhor para os seus filhos e familiares. Os taxistas de Porto Alegre tiveram oito meses até o dia de hoje para melhorar o seu serviço, para tornar a prestação do seu serviço mais competitiva. O que eles fizeram? Investiram boa parte de seus recursos escassos, tempo, dinheiro, disposição, para estar em conchavos em gabinetes de Vereadores, em conchavos em gabinetes de empresas públicas que deveriam servir ao cidadão porto-alegrense, e não a interesses corporativos.

A EPTC tem que estar na rua, sim, mas não tem que estar na rua prendendo trabalhador! A EPTC tem que estar na rua arrumando sinaleira; tem que estar na rua sinalizando, observando a circulação de passageiros e motoristas na Cidade, e não coibindo um serviço legítimo, que merece, sim, trabalhar sob o marco regulatório adequado, um marco regulatório atual, e não essa – desculpem-me –essa coisa antiquada que é esse projeto de lei.

Eu acho que é um pontapé inicial, mas um pontapé inicial para traz. A partir daí a gente tem que começar o jogo, e o jogo deve ser não para defender os interesses da Uber, mas, sim, defender o interesse do consumidor, defender o interesse de cada um de nós, que quer ter a liberdade de escolher, que quer poder exercer o seu direito e fazer o que quiser com o seu dinheiro. Eu não quero ser forçado a pegar táxi, não quero ser forçado a andar de ônibus, eu quero escolher. Não importa se é a Uber, se Cabify, se é Bora, se é WillGo, eu quero ter o direito de escolher. E é essa a nossa briga hoje. Muito obrigado e uma boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Alexandre Bandeira está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE BANDEIRA: Boa noite a todos, pessoal do aplicativo livre, família taxista, Srs. Diretores, Sr. Presidente, que Deus me ajude nessas minhas palavras. Queria falar sobre uma coisa que não está sendo levada em consideração aqui, assim como a família, o Estado tenta proteger seus filhos. Se você ajuda um filho a sair das

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 05JUL2016

drogas ou o indica a não ir para as drogas, e ainda assim ele vai, é à família que ele vai recorrer depois. Então, se nenhuma pessoa se deu conta até agora de que pode estar sendo, de repente, enganada, ou que pode estar sendo ludibriada por essa empresa, acho bom parar e pensar nisso agora, porque depois menos Estado e mais liberdade não vão mais atender aos interesses deles, e daí vão atrás do Estado, ele vão atrás de quem pode auxiliá-los. Eu aposto que depois eles serão os primeiros a virem procurar audiência pública para pedir que o Uber aumente suas tarifas – o Uber ou qualquer aplicativo –, vão vir atrás muitas vezes até da família taxista para tentar regular o seu trabalho. É lógico que hoje o que eles buscam é ganhar o mercado, e assim que ganharem o mercado, vão poder regular da maneira como bem entenderem. Se vocês não me conhecem, sou formado em Administração, e um pouco do cálculo que fiz hoje do comparativo entre táxi e outro aplicativo livre, não me faz crer que qualquer um possa ter uma renda muito maior do que qualquer funcionário do McDonald's tenha hoje, líquido por mês. Se você tirar todo o seu custo operacional de veículo, diária para alimentação, etc., você não consegue tirar uma renda maior do que um funcionário hoje da rede McDonald's. Então vamos parar e pensar uma coisa, gente: qual é o problema? Porque não adianta ser táxi, ser Uber, ser WillGo, o problema hoje é que, independente de ser uma estatal, uma empresa privada, um serviço público, quem executa o trabalho é você. Hoje, quem está indo para a rua, arriscando a vida no trânsito, é você! E se você não ganha o suficiente para isso, para valer a pena ir para a rua, amanhã ou depois você vai estar recorrendo ao Estado. Se hoje você quer liberdade, essa liberdade, assim como uma família busca, tem o seu preço, certo? Toda a liberdade tem um preço. A questão é: vocês vão querer pagar esse preço amanhã ou depois, quando vocês não tiverem ganhando o suficiente para manter as roupas de marca que vocês usam hoje para trabalhar? Essa é a questão. Assim como no táxi, o Uber também tem suas queixas. Então vamos mudar as pessoas, vamos trazer pessoas de fora para trabalhar nos aplicativos, porque assim como existiam problemas no táxi, existem problemas no Uber. Isso em sete meses. Então o problema não é o táxi, o problema é quem fiscaliza. Quem fiscaliza tem que ser efetivo, quem fiscaliza tem que coibir, proibir o mau funcionário, aquela pessoa que não representa uma categoria. E uma coisa que sempre procuro dizer para as pessoas que hoje vão trabalhar ou vão pegar um táxi: você tem que ver o prefixo, a hora e o local onde você pegou o táxi, porque se a gente tem hoje um GPS no carro e um prefixo que nos identifica, você precisa saber

quem foi esse taxista que te tratou mal, e ele precisa ser punido. A gente sabe do Uber quem é? Será que o Uber pune realmente ou será que ele vai ver somente os interesses dele? Quanto menos motoristas para eles, menos arrecadação. Quanto à questão de desigualdade, tenho uma frase dita por um filósofo, que deve ser dita aqui: “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade”. Se estiver achando ruim, melhor então parar, porque tarifas todos vão ter, independentemente. Boa noite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro as presenças dos Vereadores Airto Ferronato e Delegado Cleiton. A Sra. Karen Grace Mayer Gossling está com a palavra.

A SRA. KAREN GRACE MAYER GOSSLING: Boa noite a todos. Já trabalhei em grandes empresas, mas, em fevereiro deste ano, aceitei um desafio diferente, o de ser parceira da Uber. No que consiste ser um parceiro da Uber? Ser parceiro da Uber é trabalhar de bom humor, sabendo que você é o seu próprio chefe; é trabalhar quando você tem disponibilidade, mesmo tendo outra ocupação ou até mesmo um compromisso particular; é ter certeza da qualidade do seu serviço prestado, pois ele é avaliado por cada pessoa que usufruiu dele; é ter liberdade de ganhar de acordo com a minha necessidade. Resumindo, para mim, ser parceira da Uber é sinônimo de qualidade de vida e não um bico, como a nossa colega taxista mencionou. Mas qual o grande problema em tudo isso? Atualmente, a realidade que enfrentamos em Porto Alegre não é desconhecida por ninguém, estamos atravessando uma fase onde um dos maiores problemas enfrentado pelo cidadão é a falta de segurança, o medo de carregar seus pertences, de andar uma ou duas quadras sem ser assaltado, o medo de ir ao Centro, ao *shopping*, ao trabalho, enfim, permitir que os seus filhos ou seus pais saiam sozinhos. São assaltos, tiroteios, assassinatos, não temos mais hora ou local, não temos mais bairros melhores ou bairros piores. Sobre isso não preciso me aprofundar, pois todo mundo sabe. Que tal a gente falar um pouco sobre a crise pela qual estamos passando? Que tal falarmos sobre desemprego? Estamos num momento delicado, o nosso Governo está com problemas imensuráveis e nesse momento encontra-se impossibilitado de nos prover tudo que precisamos, e é nesse momento que chego na Uber. A Uber é uma plataforma que está oferecendo possibilidade para milhares de pessoas. É inacreditável o número de

parceiros que perdeu o seu emprego e hoje sustenta a sua família devido à parceria com a Uber. É enorme o número de parceiros que, apesar das suas ocupações atuais, foram obrigados a buscar uma renda extra para poder manter em dia os seus compromissos. É satisfatório ver que todos os dias várias pessoas deixam os seus veículos em casa e vão de Uber para os seus compromissos, pois, dessa forma, além de economizarem, estão colaborando para um trânsito melhor para todos. Enfim, é impossível relatar para vocês o grau de satisfação dos nossos usuários, e isso sei que a maioria de vocês aqui sabe. A Uber conseguiu suprir duas necessidades de uma só vez, oferecendo trabalho e segurança, e, o mais importante, sem depender de nenhum investimento do nosso Governo. Daí, me pergunto: não é até um pouco vergonhoso que eu esteja aqui pedindo que vocês nos permitam trabalhar? (Vaias.) Com licença?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O seu tempo está assegurado. Solicito à plateia que nos ajude para que a oradora possa terminar a sua fala.

A SRA. KAREN GRACE MAYER GOSSLING: Eu acho inacreditável que tenhamos que pedir apoio a vocês, enquanto, na verdade, vocês é quem deveriam nos apoiar. No lugar de vocês, eu usaria o exemplo da Uber para melhorar outros serviços ao invés de querer mudar o que já está funcionando. E, diga-se de passagem, funcionando tão bem que os cidadãos até estranham tamanha funcionalidade. Mudar? Nós temos tanto a ser mudado, por que alterar o que está funcionando? Não consigo entender por que criaram uma regulamentação com base em lei de transporte público, se nós realizamos transporte para uma empresa privada. No Brasil, nós temos o costume de insistir no erro, vamos parar com isso e vamos evoluir. No início, o problema era a falta de impostos e, se é por falta de impostos, estamos pedindo: por favor, taxem logo esses impostos, pois só queremos é poder trabalhar em paz, sem fugir, sem se esconder ou ter medo de ser atacado em qualquer esquina ou em qualquer barreira da EPTC. Muito obrigada e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Boa noite às duas plateias aqui presentes; Presidente Cassio Trogildo; Cappellari; meus colegas Vereadoras e Vereadores. Quero dizer que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Audiência Pública 05JUL2016

esta noite está sendo e será muito importante para a cidade de Porto Alegre, e quero fazer aqui duas ou três premissas antes de expressar algumas contribuições. A primeira: sou um Vereador da Cidade e estou aqui para defender um Município forte, transparente e eficaz. Portanto, tem uma lei para ser analisada, que, no ano passado, como Presidente da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, realizamos mais de 15 audiências públicas e terminamos o ano com a seguinte indicação: que os taxistas, com o acordo das suas entidades, precisavam melhorar e qualificar o seu trabalho. Para isso, já chegou um projeto de lei lá na Câmara, que também precisa ser debatido e analisado. E terminamos o ano dizendo que o serviço, o transporte de passageiros na Cidade de Porto Alegre, obedece a uma legislação, e essa legislação determina que o Município é responsável pela sua regularização e pela sua regulamentação. E, nessa regulamentação que estamos discutindo, acredito que têm muitos pontos que precisamos analisar e aqui não foram ditos ainda. A minha fala aqui, óbvio que é uma fala na defesa do Estado. Eu defendo a liberdade, mas defendo um Estado forte, transparente e ágil. E, para isso, nós precisamos construir acordos e consensos em sociedade. A minha fala é conservadora progressista. Conservadora porque a cidade de Porto Alegre tem um serviço instituído hoje, que é o de táxi. Como nós fazemos para que esse serviço seja preservado sem destruí-lo? E como nós fazemos para que as novas tecnologias venham para serem implantadas? E aí, Cappellari, tenho uma pergunta que não tem resposta ainda. Os taxistas, nas nossas plenárias, exigiam: “Nós queremos colocar mais táxis na Cidade”. E foi dito: “Instala-se o GPS e o sistema vai dizer isso”. Fizemos toda uma reestruturação, chegamos no dia 23 de dezembro com esse entendimento que reproduzi aqui. Até hoje, a Secretaria de Segurança do Estado, que se comprometeu a aplicar o controle do botão do pânico para dar garantia, não cumpriu. Bom, e aqui nós estamos discutindo o seguinte: eu gostaria de saber para quantos serviços de transportador de passageiro individual, ou até com o número mínimo como está colocado, tem espaço na cidade de Porto Alegre? Se nós temos a responsabilidade para poder dizer que é possível ter plataforma, eu quero primeiro saber se as plataformas quebrarão ou não quebrarão o sistema de táxi. Eu não tenho essa resposta. Eu não tenho essa resposta.

E quero aqui fazer, como vocês também trouxeram aqui, uma discussão conceitual do Estado e do papel do Estado. Se for para ter uma legislação, não pode haver duas legislações diferentes para uma mesma finalidade! Nós precisamos ter um entendimento

de que a legislação tem que ser uma única que atenda à sociedade de Porto Alegre e não a categoria A ou B. Porque, se nós tivermos uma legislação que seja evoluída tecnologicamente e protegida pelo Estado, nós estaremos aqui cumprindo a nossa função. E esperamos, prezado Cappellari, ainda, essas respostas. Eu gostaria de saber, nesse um ano em que a Uber está funcionando, o quanto diminuiu do serviço de táxi; se é verdadeiro ou não é verdadeiro que diminuiu 20%, 30%; isso precisa ser feito nesse debate. Eu concluo agradecendo a todos, e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Comassetto. O Sr. Luciano Falavena Machado está com a palavra.

O SR. LUCIANO FALAVENA MACHADO: Sr. Presidente, preliminarmente, pela ordem, e que não conte, por favor, eu gostaria de convidar e lembrar a todos que ontem mais um ente representativo do Estado tombou diante da violência, e convocar um simbólico minuto de silêncio pela morte do soldado da Brigada Militar, falecido ontem em combate.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Seu pedido é antirregimental, peço que se mantenha no seu pronunciamento.

O SR. LUCIANO FALAVENA MACHADO: Muito obrigado, Presidente. Definitivamente, as palavras dizem coisas. Muito boa noite família taxista; boa noite aos demais. Receba a Mesa e as autoridades protestos de estima. No momento em que eu digo e refiro que as palavras dizem coisas, e a tese conceitual de liberdade, de livre escolha, de livre comércio, de autorregulação, e blá-blá-blá e blá-blá-blá, e balela... Liberdade, concorrência, vamos discutir tudo isso lá no campo da iniciativa privada, não num sistema regulado por permissão pública! É assim que é desde sempre! Hoje, senhores que querem a liberdade não abrem uma funerária em Porto Alegre. Os senhores não abrem um cartório no Município de Porto Alegre. Por quê? Eu lhes respondo: porque é regido pelo sistema de permissão pública! Talvez os senhores não estejam atentando para a blasfêmia jurídica. E, agora, adentrando ao campo propriamente dito do PLE nº 014/16, eu gostaria de referir poucas coisas: por que – vou repetir a frase do Cláudio – por que esse PLE, do ponto de vista jurídico... Eu tenho batido, há duas sessões da Comissão de

Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores – nas duas reuniões, não se encontrava o Sr. Relator, o Sr. Mauro Zacher –, na questão jurídica. Pois bem, vamos lá: o parecer da Procuradoria da Câmara refere o art. 30, inc. I, da Constituição Federal, que diz que o Município tem que legislar. Perfeito. Porto Alegre legislou, Cláudio Janta, e fez uma lei com verbo nuclear que diz “pro-í-be”. Eu voto desde 1988, eu fui presidente do grêmio estudantil do Colégio Padre Reus, eu fui membro da UMESPA, eu fui membro da UGES, eu estive presente em congressos da UBES, nunca uma lei foi tão sem eficácia. E pior, senhores: incentivada, gerida, conclamada por essa organização criminosa que se apoderou de um modal de transporte no Município de Porto Alegre e, simplesmente, dá de ombros para o Legislativo, para a pessoa – ou, na forma da lei – do Ver. Cláudio Janta; deu de ombros para o Executivo, que, por duas vezes, ficou aguardando os representantes, da mesma forma que dá de ombros... Onde estão os oradores do aplicativo? Todos foram embora. Esse é o respeito tão exigido, tão conclamado, o clamor público. Eu quero usar uma frase do amigo, do colega Gerson, que muito bem disse numa oportunidade, que, há 2 mil anos, o clamor público tirou da cruz Barrabás. Senhoras e senhores, abram os olhos! Essa balela de modernidade, essa balela de liberdade, isso engana algumas pessoas durante algum tempo, não tem o condão de enganar todo um povo o tempo todo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido, para sua manifestação, o meu colega Ver. Aírto Ferronato.

O SR. AIRTO FERRONATO: Boa noite a todos e a todas, a minha saudação; quero dizer da importância desta nossa audiência pública e da importância do debate deste tema tão palpitante aqui na cidade de Porto Alegre e, por que não dizer, em diferentes Capitais do nosso País. Eu quero aqui falar da minha percepção, até porque sou Vereador de Porto Alegre desde 1989. Lá se vão quase 30 anos. A minha avaliação, com serenidade, sobre o projeto que está em pauta, é que tem uma grande parcela de Vereadores e Vereadoras que votarão favoravelmente a ele. Eu quero dizer também, com toda a serenidade, que o Uber, de um lado, é irreversível, mas o táxi, por outro lado, também é indispensável para a cidade de Porto Alegre. São 3.925 veículos que transportam, em média, 40 pessoas por dia; isso implica 157 mil pessoas por dia usando o serviço de táxi na cidade de Porto

Alegre. Se nós multiplicarmos isso por 30, teremos 4.710 mil pessoas que são transportadas por mês. Se, de um lado, Porto Alegre quer o Uber, de outro lado, Porto Alegre não dispensa o serviço do táxi. É na Câmara Municipal que será feito um debate, talvez até acalorado, para que se preservem os dois modais sem que trabalhem como inimigos, mas, sim, como parceiros nesta jornada que se avizinha. Quero registrar aqui essa minha visão e dizer que, lá na Câmara, discutiremos esse assunto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Aírto Ferronato. Quero dizer que esta audiência pública cumpre um importante papel, uma importante etapa de uma das atribuições do Legislativo Municipal, que é justamente discutir e debater as matérias. Muitas vezes, Secretário Cappellari, a Câmara Municipal, os Vereadores são medidos pelo número de projetos que apresentam. Este é um projeto do Executivo e talvez seja o projeto mais importante depois das leis orçamentárias que debateremos este ano.

Quero agradecer, em nome dos 36 Vereadores, o Secretário Cappellari, o Secretário da Governança, Carlos; a Dra. Cristiane Nery, Procuradora-Geral do Município; os meus colegas Vereadores Lourdes Sprenger, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mario Manfro, Cláudio Janta, Eng^o Comassetto, Kevin Krieger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Aírto Ferronato, Delegado Cleiton; o Vereador licenciado Alberto Kopittke, que é Secretário de Canoas. Agradeço também a imprensa, que fez a cobertura de toda esta audiência pública, e deixo um agradecimento muito especial àquelas pessoas que trabalharam para que esta audiência se realizasse: a equipe da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, os nossos trabalhadores, concursados e com cargos comissionados, os trabalhadores contratados para trabalhar nesta audiência pública, a Brigada Militar, a Empresa Pública de Transporte e Circulação, a nossa Guarda Municipal, os bombeiros. Quero agradecer a todos os que trabalharam em nome do Diretor-Geral da Câmara de Vereadores Roberto Kraid, que assumiu a organização deste evento e foi fundamental para que ele fosse realizado com êxito.

Por fim, quero agradecer a todos os 1.240 participantes que fizeram a grandiosidade desta audiência pública na noite de hoje. Muito obrigado, está encerrada a audiência pública que tratou do PLE nº 014/16 de Porto Alegre. Muito obrigado e um grande abraço!

(Encerra-se a audiência pública.)